

APOSENTANDO VELHOS CONCEITOS

Fernanda Cristina da Cruz Mendes¹

Margarida Rodrigues de Jesus²

Priscilla de Cassia R Alves³

Renata Bezerra do Nascimento⁴

Sandra Silva Brito⁵

Silmara Cristina Ramos Quintana⁶

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar o fenômeno do crescimento da população idosa, considerando a velhice enquanto categoria socialmente construída. A pesquisa foi realizada no Centro Social Romília Maria, localizado na região Sul de Campinas. O objetivo geral da pesquisa se centrou no reconhecimento do significado do envelhecer atribuído pela pessoa idosa e suas realidades em espaços de convivência nos dias atuais. Tendo como objetivos específicos, interpretar o significado do envelhecer a partir da percepção dos idosos, verificar a participação dos idosos em espaços sociais e finalmente analisar a compreensão da pessoa idosa acerca do mercado de consumo. Para a realização da pesquisa utilizamos como metodologia a abordagem quantiqualitativa, o método usado foi o dialético, com procedimento monográfico. O levantamento de dados foi realizado a partir de uma entrevista semiestruturada, composta por questões abertas e fechadas, realizada com sete (07) idosas, do Grupo Esperança, com idades entre 61 a 77 anos. Como resultado temos a desmistificação da velhice como sinônimo de abandono e isolamento, a feminização da velhice, o consumo consciente nesta faixa etária e participação dos longevos em espaços democráticos e de controle social.

Palavras-chave: Velhice; Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional; Controle Social; Feminização da Velhice.

Abstract:

This work aimed to analyze the phenomenon of growth of the elderly population, considering old age as a socially constructed category. The research was carried out at the Social Center Romília Maria, located in the southern region of Campinas. The general objective of the research was centered on the recognition of the meaning of aging attributed by the elderly and their realities in the spaces of life in the present. With specific objectives, to interpret the meaning of aging from the perception of the elderly, to verify the participation of the elderly in the social spaces and, finally, to analyze the understanding of the consumer market by the elderly person. For the accomplishment of the research, we used as methodology the quantitative approach, the method used was the dialectic, with monographic procedure. Data collection was done through a semi-structured interview, composed of open and closed questions, performed with seven (07) elderly women, from the Hope Group, aged 61 to 77 years. As a result, we demystify old age as a synonym of abandonment and isolation, feminization of old age, conscious consumption in this age group and participation of longevity in democratic spaces and social control.

Keywords: Old age; Center for Inclusive and Intergenerational Coexistence; Social Control; Feminization of old age.

¹ Assistente Social, formada pela UNIP Campinas

² Assistente Social, formada pela UNIP Campinas

³ Estudante de Serviço Social, pela UNIP Campinas

⁴ Assistente Social, formada pela UNIP Campinas

⁵ Assistente Social, formada pela UNIP Campinas, Cientista Social – PUC-Campinas, Pedagoga – UNAR.

⁶ Assistente Social, coordenadora e professora orientadora, Curso de Serviço Social UNIP Campinas, Professora no UNIFIA.

Apresentação

Este artigo é o resultado da monografia, apresentada como requisito parcial da titulação de bacharel em Serviço Social.

A Pesquisa aborda o envelhecimento da população mundial, que ocorreu a partir da década de 1980, quando inicia essa expansão demográfica. De acordo com Alcântara (2004, p.4), diversos fatores contribuíram para essa incidência, dentre eles, a queda de mortalidade a partir do final do século XIX e a redução de natalidade a partir da década de 1970. Compreender o fenômeno da velhice é de extrema importância para propagação de reflexões acerca desta fase da vida do ser humano, enquanto sujeitos sociais e de direitos.

O Brasil conta com uma população de idosos superior a 20 milhões, o Censo de 2010 apontou que havia 20.590.599 idosos, representando 11% do total da população, essa transição demográfica ainda em curso, deverá se intensificar nos próximos anos, e de acordo com o IBGE, a taxa de fecundidade continuará diminuindo, bem como a queda de mortalidade. Essas projeções mostram que até 2050 haverá um crescimento exponencial do número de idosos, o que implicará na necessidade de investimentos de políticas para a promoção do envelhecimento ativo (BERZINS, 2003, p.25). Deste modo, este fenômeno precisa ser amplamente estudado no cenário mundial. No Brasil será imprescindível sua entrada na pauta das políticas sociais e no debate pela defesa de direitos para este público.

Desenvolvimento

O Envelhecimento Populacional no Brasil: Realidade e Desafios.

Desde 1980, a velhice vem ocupando destaque nas pesquisas acadêmicas. O aumento expressivo da população acima de 60 anos nas últimas décadas tem sido causa imprescindível para ser analisada. Segundo Alcântara (2004, p.04), diversos fatores corroboraram para modificação desse perfil demográfico, o mais relevante foi a queda de mortalidade a partir do final do século XIX e a redução de natalidade a partir da década de 1970.

Enquanto esse crescimento despontou vigorosamente sem planejamento, um grande desafio se instalou, uma vez que com esse crescimento e, conseqüentemente, essa modificação social, se tornou necessário criar e ampliar políticas e atendimentos para esse novo público.

De acordo com o artigo 116, da Lei 10.741/2003 – a saber, Estatuto do Idoso: “*serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população idosa do País*”.

O Brasil conta com uma população de idosos – pessoas com mais de 60 anos, superior a 20 milhões. O Censo de 2010, apontou que havia 20.590.599 idosos, sendo 9.156.112 homens e 11.434.487 mulheres, representando 11% do total da população.

Tabela 1: Idade da População Brasileira

IDADE	HOMENS		MULHERES	
Mais de 100 anos	7.247	0,00%	16.989	0,00%
95 a 99 anos	31.529	0,00%	66.806	0,00%
90 a 94 anos	114.964	0,10%	211.595	0,10%
85 a 89 anos	310.759	0,20%	508.724	0,30%
80 a 84 anos	668.623	0,40%	998.349	0,50%
75 a 79 anos	1.090.518	0,60%	1.472.930	0,80%
70 a 74 anos	1.667.373	0,90%	2.074.264	1,10%
65 a 69 anos	2.224.065	1,20%	2.616.745	1,40%
60 a 64 anos	3.041.034	1,60%	3.468.085	1,80%
Total por Sexo	9.156.112	5,00%	11.434.487	6,00%
Total de idosos Censo 2010	20.590.599			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaborado por Sandra Silva Brito.

Para Berzins (2003, p.25) essa transição demográfica ainda em curso, deverá se intensificar nos próximos anos. De acordo com o IBGE, a taxa de fecundidade continuará diminuindo, bem como a queda de mortalidade, essas projeções mostram que até 2050 haverá um crescimento exponencial do número de idosos, o que implicará na necessidade de investimentos de políticas para a promoção do envelhecimento ativo.

Diante desse fato, torna-se urgente o planejamento de políticas, programas e ações articuladas entre vários órgãos do governos e organizações não governamentais, observando o acesso aos direitos e necessidades desse grupo etário, respaldando a sua participação, onde os longevos possam assumir seus papéis sociais com vistas a sua independência e autonomia. Isso requer repensar imediatamente estratégias de superação do vazio deixado ao longo dessa expansão demográfica.

À medida que a expectativa de vida aumenta no país, as famílias também vão se modificando, com a ampliação geracional, a composição familiar se transformou. Durante muitos anos o conceito de família esteve associado a família nuclear, constituída por pai, mãe e filho. O casamento era o maior

caracterizador de família, a Constituição de 1969 conferia um caráter indissolúvel, que só é anulado após a Constituição de 1988, quando se observou uma crise nesse modelo de família.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, família é “*um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade*”.

1. A velhice como categoria social

Desde os primórdios, a espécie humana garantia sua existência através da produção e reprodução, organizando-se socialmente através das classificações de idade e do sexo, quando assumiam papéis universais no tempo e no espaço, ao mesmo tempo que ocupavam lugares singularmente definidos culturalmente. Desse mesmo modo, a humanidade sempre conviveu com um ciclo vital definido -nascimento, crescimento, maturidade e morte.

Almeida (2003) analisa a periodização da vida e afirma que sempre teve uma ordem cronológica, com divisões e classificações etárias, delimitando modos de organizações sociais, com fronteiras definidas entre as idades, ao mesmo tempo com mudanças entre as gerações. Para Almeida (2003, p.40), “*foi no contexto da modernidade que infância, adolescência e velhice foram alçadas a condição de etapas singulares da vida*”. As diferenças entre as idades, pressupõe uma definição de capacidades físicas, cognitivas e biológicas, necessárias para classificar diferentes estágios de progressão etária e desempenho dos papéis sociais.

Ao longo da história, a idade cronológica perpassa os limites etários definidos no ciclo da vida, bem como construção de gerações, como espaço de troca das experiências, tradições e continuidades.

Através da idade cronológica, com a sociedade capitalista, são incorporados papéis de acordo com os estágios de maturidade, sendo eles: maioridade legal, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria, amparados por um sistema de leis que segundo Debert (1999, p. 47), “*determinam os deveres e direitos do cidadão*”.

Segundo Debert (1999, p. 56), dentro lógica fordista de produção é demarcado o curso da vida em estágios, para atender as demandas do capitalismo, onde cada sujeito ocupa lugar bem definido, seguindo uma ordem cronológica, sendo a juventude; vida escolar, adulto; mundo do trabalho, e a velhice; a aposentadoria.

As idades tornam-se um mecanismo cada vez mais poderoso e eficiente na criação de mercado de consumo, na definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos, sobretudo porque perderam qualquer relação com os estágios de maturidade física e mental (DEBERT, 1999, p. 54).

A velhice é marcada pelo fim da exploração da força de trabalho e o início da exploração do fundo público da previdência. A pessoa idosa, que durante sua trajetória de vida, vivenciou diversos

papéis sociais e desenvolveu sua representatividade na família, no trabalho e na sociedade, vê na velhice a sua inatividade e a perda de seu sentimento de pertença.

Atualmente, devido ao aumento demográfico, a velhice vem incomodando o cenário político, os discursos acerca do ônus econômico decorrentes do envelhecimento sobre o sistema de previdência social e da saúde tem sido reforçado e entrado nas pautas das contrarreformas da previdência.

Ao analisar a expansão do sistema capitalista em escala mundial, nota-se as modificações ocorridas na sociedade, alterando seus modos de vida, as relações sociais de trabalho, consequentemente ampliando a desigualdade social, por meio da exclusão, e o impulso de um consumo contínuo, com a ajuda de uma mídia massiva. Com relação aos idosos, verifica-se que estes são excluídos justamente por não obterem, devido à idade, condições de trabalho e renda para exercer o papel que a sociedade espera de cada indivíduo, assim durante muito tempo foram relegados ao mercado de consumo.

Assim, mercado e Estado reverterem esse processo excludente, oferecendo linhas de créditos em grande escala, fazendo com eles sejam reinseridos no papel de cidadãos ativos e consumistas. O indivíduo se vê obrigado a consumir para ter a sua identidade e pertencer a um determinado grupo social, sendo da mesma forma com as pessoas idosas que, ao consumirem, se sentem mais jovens e felizes, e assim se reconhecem incluídos socialmente e afetivamente.

2. Representatividade e envelhecimento ativo.

Segundo Debert (1993, p.137), a velhice alcançou uma maior visibilidade nos últimos anos devido aos diversos grupos e associações, federais e estaduais que legitimaram, de forma política os interesses primeiro dos aposentados e posteriormente dos idosos.

O Estado cria espaços, serviços e programas voltados para a população idosa, surgem escolas, instituições privadas e públicas, universidades e grupos de convivência, específicos à faixa etária pertencente a terceira idade. Dentre os serviços ofertados na assistência social, dentro da Proteção Básica está o Centro de Convivência de Vínculos para Idosos⁷, cujo objetivo é o envelhecimento saudável, desenvolvimento da sua autonomia, sociabilidade, convívio comunitário e fortalecimento dos vínculos familiares. Esse serviço deve proporcionar *“vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir”* (BRASIL, 2009). Apesar disto, o governo não dialoga com os idosos da classe trabalhadora, não observa suas escolhas e decisões. Deste modo, a

⁷ Com a Resolução 109/2009, os serviços da assistência social passaram a ser tipificados e definidos. Assim, os atendimentos passaram a ser organizados por níveis de complexidade, divididos em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

ausência de um Estado de bem-estar social de fato, capaz de dar resposta aos problemas básicos da maioria da população, também deixaram os idosos em situação de vulnerabilidade.

Com relação aos programas e associações para a terceira idade, nota-se que as suas criações são resultantes de uma preocupação com o envelhecimento com qualidade de vida, além disso, vislumbra a participação dos longevos considerando o gênero e idade.

A preocupação recente com o envelhecimento e com a melhoria da qualidade de vida dos mais velhos na sociedade brasileira muda não apenas a sensibilidade investida na velhice, mas é também traduzida em conjunto de práticas concretas inesperadas no script dos papéis femininos e masculinos na velhice que consideramos próprios da nossa sociedade (DEBERT, 1999, p. 142-143).

Ao analisar velhice e gênero, observou-se diferentes pontos de vista acerca das experiências entre homens e mulheres. Dentro da cultura patriarcal, as mulheres são consideradas mais vulneráveis devido às cobranças pertinentes ao gênero feminino e tendem a representar apenas a sua função reprodutiva, o que não ocorre mais na velhice. Ainda por conta do patriarcado a mulher sempre perdeu seu papel na divisão sexual do trabalho, deste modo, não ocorre uma ruptura intensa entre a rotina do trabalho e a aposentadoria, como ocorre com os homens.

Para Debert (1999, p.144), as diferentes percepções da velhice, seja para o homem ou para a mulher, são fundamentais para se entender o uso por gênero dos espaços aos idosos: o público masculino luta pelos direitos políticos e, o feminino, por mudanças culturais e sociais.

No Brasil, o público feminino tem maior aceitação e participação nos programas para a terceira idade, enquanto o público masculino sua participação é praticamente simbólica, entretanto as participações nas associações dos aposentados, há a predominância do público masculino.

Os programas da terceira idade e as associações dos aposentados não se diferem somente no que diz respeito a identidades de gênero, mas através de suas participações em modalidades diferentes, dentro do contexto urbano, por exemplo o movimento dos aposentados visa a união dos aposentados para lutar contra o Estado na redistribuição de renda e direitos sociais, já nos programas de terceira idade tem como objetivo a luta contra os preconceitos, de uma forma que promova a prevenção do envelhecimento ativo e saudável.

Refere Debert (1999, p. 144), que as iniciativas de promover o bem-estar na velhice surgiram nos anos de 1960, mais precisamente com o SESC⁸ (Serviço Social do Comercio) que disponibilizou um espaço para que as pessoas idosas pudessem se encontrar e realizar atividades de lazer.

⁸ O Serviço Social do Comércio – SESC é uma empresa privada, mantida pelos empresários do comércio de bens e serviços, voltada para o bem-estar social dos comerciários. Possui um departamento nacional que normatiza e orienta os todos os departamentos existentes em todos os estados brasileiros, no desenvolvimento de programas nas áreas da Assistência, Cultura, Educação, Lazer e Saúde.

Nesse período, todas as ações voltadas para esse público tinham um caráter assistencialista, não havia um espaço de convivência e participação voltados para acesso a atividades culturais e de lazer.

Além do SESC, a LBA (Legião Brasileira de Assistência)⁹ e a Universidade para a Terceira Idade também foram pioneiras na promoção de programas para os idosos em todo o Brasil. A criação LBA, como iniciativa privada para atender as famílias, cujos “chefes” estavam mobilizados com a Segunda Guerra, com a perspectiva de manutenção da ordem social daquele momento histórico em que os trabalhadores lutavam por direitos.

3. Movimento dos Aposentados no Brasil

Na década de 90 o Brasil passou por grandes mudanças no âmbito da Previdência Social e das políticas de aposentadoria, no sentido de universalizar esse direito que antes era destinado apenas para alguns trabalhadores, assim em 24 de julho de 1991 é sancionada a Lei nº 8.213 e já traz no artigo 1º sua finalidade:

A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (BRASIL, 1991).

No Brasil a trajetória da luta dos aposentados é longa. Em 1930, a aposentadoria era gerida pela política de cada empresa, com parceria das Caixas de Pensões (CAPS) que eram organizadas pelas sociedades civis, ou seja, se caracterizava como uma aposentadoria privada. Posteriormente em meados de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nesse momento as Caixas se retiraram dando espaço para o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com cobertura a nível nacional.

Segundo Debert (1999, p. 65), em 1966 houve a unificação do sistema previdenciário, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que em tese reunia todos os institutos numa única organização. Nesse mesmo ano o Ministério da Previdência deixou de fazer parte do Ministério do Trabalho. Através da criação desse novo Ministério, assuntos relacionados a previdência e aposentadoria não atendia somente aos interesses das empresas e dos sindicatos, mas, também da classe trabalhadora em regime de aposentadoria.

Em 1966, a aposentadoria foi separada da questão sindical, com essa ruptura os sindicatos perderam rentabilidade financeira e os aposentados não se sentiam representados, tendo em vista que questões trabalhistas e questões previdenciárias tinham direcionamentos distintos, além dos líderes

⁹ Legião Brasileira de Assistência (L.B.A), criada em 1942 e extinta em 1995. Foi a Primeira Instituição Nacional de Assistência Social, promovendo ações voltadas para as classes populares, incluindo atendimento aos idosos no modo asilar e Conviver (grupos de convivência).

sindicais terem maior atenção para os trabalhadores ativos. Entretanto a unificação do sistema abriu portas para a criação de movimentos de reivindicação dos aposentados.

É a partir dos anos 80 que as associações de aposentados cresceram consideravelmente em decorrência do aumento das ações judiciais contra o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o país também caminhava na redemocratização, a categoria se mobilizava para participar da elaboração da Constituição Federal de 1988, a conquista está expressa no capítulo referente à Seguridade Social, nos artigos 194, 201, 202 e 203, que regulamentaram as aposentadorias e pensões no Brasil.

4. Garantias da Pessoa Idosa, Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional e Atuação do Assistente Social.

A Constituição Federal de 1988, preconiza a Assistência Social como política pública, sendo um direito do cidadão e dever do Estado. A partir de 1993, é instituída a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, decretada como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social.

A Política Nacional do Idoso (PNI), regida pela lei nº 8.842/94 consolidou o amparo ao idoso, garantindo seus direitos, através desta lei fica estabelecido os direitos sociais, a garantia da autonomia, a integração e a participação dos idosos na sociedade, onde considera idoso indivíduos com 60 anos ou mais.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004 e de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - CNAS nº 109/2009, o Serviço de Proteção está organizado por níveis de complexidade, sendo elas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade atende pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir-lhes proteção integral.

O Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional, está tipificado como Serviço de Proteção Social Básica (PSB), cujo objetivo é a contribuição para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo, assegurando a pessoa idosa encontros intergeracionais, promoção de sua convivência familiar e comunitária, propiciando vivências que valorizam as experiências que reforcem sua capacidade de escolher e decidir, contribuindo para sua autonomia e protagonismo social.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Política Nacional do Idoso- PNI, o Centro de Convivência caracteriza-se como um espaço destinado ao desenvolvimento de atividades socioculturais e educativas, dando oportunidade à participação do idoso na vida comunitária, prevenindo situações de risco pessoal e contribuindo para o envelhecimento ativo.

Compreender o fenômeno do envelhecimento populacional é importante para identificar as demandas da pessoa idosa, reconhecer suas particularidades, para desenvolver políticas socioassistenciais que atendam suas expectativas e necessidades.

Na atuação com grupos de convivência, o Assistente Social é reconhecido por promover a reflexão-ação junto aos grupos de convivência de idosos através das mediações construídas no cotidiano, sendo estas efetivadas através da articulação com as três dimensões do serviço social, assumindo as competências teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, para que deste modo, possa provocar na pessoa idosa a busca pela garantia de sua autonomia, compreensão sobre seus direitos, reconhecer seu território e seu papel na comunidade da qual pertence. Essa é a dialética que o Assistente Social precisa estar atento, porque pressupõe, a possibilidade do novo e das suas contradições.

É necessário que o assistente social promova estratégias criativas que viabilizem ações coletivas voltadas para as particularidades que o envelhecimento impõe, estando deste modo, comprometido com os postulados do Código de Ética da profissão que estabelece que a execução das intervenções devem acontecer de forma criativa, crítica e propositiva.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativos e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTO, 2013, p. 20).

A atuação do profissional de Serviço Social, deve estar pautada no compromisso ético político da profissão, desenvolvendo sua prática no enfrentamento às expressões da questão social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, se posicionando em favor da apropriação da autonomia, da independência, do empoderamento, promovendo a garantia do direito ao acesso as políticas públicas dos idosos, refutando o abandono, desigualdade e vulnerabilidade social, violação de direitos, por ação ou omissão do Estado, familiares ou comunidade.

5. Metodologia da Pesquisa

O Centro de Convivência, na entidade Centro Social Romília Maria, tem como objetivo proporcionar à pessoa idosa um espaço de vivência comunitária e intergeracional, com ações socioeducativas voltadas para melhora na qualidade de vida e protagonismo social. Sua missão é fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos idosos, que tem legitimidade reconhecida pela comunidade local e pelos equipamentos sociais da rede de proteção da pessoa idosa.

A entidade proporciona oficinas para o Centro de Convivência, sendo que, desenvolve atividades voltadas exclusivamente para os longevos, oportunizando um envelhecimento saudável, melhorando sua

autoestima, promovendo uma maior socialização e convívio social estabelecendo maior interlocução com a família e comunidade, atuando na prevenção de doenças pertinentes ao idoso e a violência doméstica.

A presente pesquisa delimitou o problema em:

A pessoa idosa e sua realidade nos dias atuais. Análise dos atendidos no Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional do Centro Social Romília Maria, em Campinas-SP.

Tendo partido das hipóteses:

A) A população idosa vem crescendo vertiginosamente no mundo e no Brasil, a partir dos anos de 1980, e as políticas e serviços para esse público não estão acompanhando essa expansão demográfica.

B) A velhice nos dias atuais, como categoria construída socialmente, tem conquistado lugares e espaços na sociedade, a presença do idoso em exercício pleno de cidadania, sendo participante e atuante em alguns espaços sociais tem apresentado um crescimento.

C) A mídia desperta nos idosos os fetiches do universo capitalista, pois com as aposentadorias e com a cultura da juventude, os idosos passaram a ser inseridos no mercado de consumo, não como um consumidor para atender as necessidades imediatas, mas buscando através da mercadoria o prazer e sentimento de pertença.

Foram traçados os seguintes objetivos para a pesquisa:

A) Interpretar o significado do envelhecer a partir da percepção dos idosos;

B) Verificar a participação dos idosos em espaços sociais;

C) Analisar a percepção dos idosos acerca do mercado de consumo para o público da terceira idade.

A metodologia utilizada na pesquisa contou com uma abordagem quantiquantitativa, com objetivos descritivos, explicativos e exploratórios, com procedimentos bibliográficos, levantamento de dados e estudo de casos, o método utilizado foi dialético.

Os dados obtidos através das entrevistas foram transcritos e analisados, considerando uma abordagem quantitativa e qualitativa, sendo que utilização de ambas serão importantes para atingir o objetivo de uma investigação. “*A pesquisa qualitativa enfatiza o processo e seu significado, enquanto a quantitativa preocupa-se em medir (quantidade, frequência e intensidade) e analisar as relações causais entre as variáveis*” (Terence, 2006, p.7). Para preservar a identidade das entrevistadas, usaremos nomes de flores.

Tabela 2. Perfil socioeconômico das entrevistadas.

Nome	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Renda Mensal
Azaléia	74	Viúva	Fundamental I Completo	Pensionista	De 1 a 2 s.m.
Gardênia	71	Viúva	Fundamental I Incompleto	Aposentada e Pensionista	De 1 a 2 s.m.
Hortênci	65	Viúva	Ensino Superior Incompleto	Aposentada	De 1 a 2 s.m.
Magnólia	61	Viúva	Fundamental I Incompleto	Pensionista	1 s.m.
Rosa	77	Viúva	Fundamental I Completo	Aposentada e Pensionista	De 1 a 2 s.m.
Violeta	65	Separada	Fundamental I Completo	Pensionista	Acima de 2 s.m.
Tulipa	77	Casada	Fundamental I Incompleto	Do Lar	Acima de 2 s.m.

Fonte: Usuários do Grupo Esperança - Centro Social Romília Maria. Elaborado por Sandra Silva Brito.

Realizamos uma amostragem do perfil das entrevistadas, onde inicialmente verificou-se que a maioria das entrevistadas é viúva, com média de 70 anos de idade, pensionista, com ensino fundamental completo e com renda superior a 1 salário mínimo.

Considerando a natureza das informações pretendidas, realizamos uma entrevista semiestruturada, ou seja, utilizamos um questionário constituído com questões abertas, onde *“a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador, mas sim intrinsecamente ligada ao objetivo da pesquisa”* (Manzini, 1991, p.154).

A seguir apresentaremos a entrevista realizada com as usuárias do Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional – C. S. Romília Maria - (Grupo Esperança).

1. Com quem você mora e como é o seu convívio familiar?

Azaléia: Sozinha, meus dois filhos são casados e moram cada um no seu espaço, moramos todos no mesmo terreno, o mais novo na frente, eu passei a morar no fundo para dar a casa da frente para o outro filho. O meu convívio com eles é muito bom graças a Deus, as noras, os netos são bons, não posso me queixar de nada não graças Deus, um convívio muito bom”.

Gardênia: “Eu moro sozinha, só que meu filho mora nos fundos, ele e a esposa, eu tenho um bom relacionamento com eles”.

Hortênci: “Eu moro com minha filha, tenho outra, mas essa se casou e foi embora. Convivemos bem graças a Deus, é bom nosso relacionamento”.

Magnólia: “Moro com a minha filha e um neto, a minha filha é separada, a convivência é muito boa”.

Rosa: “Agora eu moro sozinha, eu tenho um neto que mora comigo, e a mãe dele mora no fundo. Na casa do fundo mora a minha filha, o marido e a filha, uma garota de 20 anos e o menino só pousa comigo para eu não ficar sozinha, ele só dorme e vai trabalhar, quando ele volta come na casa da mãe dele, ele tem 26 anos e a menina tem 20, mas é aqueles netos sabe assim, que qualquer vó queria ter. O dia que não estou bem ele dorme até na cama comigo. Também né a gente cuida dos filhos bem para ter netos bons”.

Tulipa: “Moro só com meu marido, a gente se dá muito bem ele é meu motorista particular”.

Violeta: “Moro sozinha, tenho uma filha, mas minha filha mora em outra casa, minha mãe morava comigo, mas fiquei sem condições de cuidar dela, então a minha mãe foi morar com a minha irmã”.

2. Você se considera velha?

Azaléia: “Não, às vezes até esqueço a idade, (risos)”.

Gardênia: “Não, velho pra mim é trapo”.

Hortênci: Eu não me considero velha, eu me considero muito jovem (risos), tenho um espírito jovem (risos).

Magnólia: “Sim, eu envelheci muito porque eu perdi um filho em 2011 e em 2012 fiquei viúva. Meu filho morreu com 32 anos depois de um ano, meu esposo faleceu, então até o ano passado eu estava fazendo terapia com psicólogo, aí este ano eu não passei ainda.

Rosa: “Não. Ultimamente por causa de não estar com a saúde boa fiquei mais pra baixo, mas se não fosse isso, eu ia passear no shopping, ficar olhando vitrine. Mas ser velho está aqui ó na cabeça da gente como dizia minha vó: Velho é trapo”.

Tulipa: “Não, sou ativa”.

Violeta: “Não”.

3. O que você entende por envelhecimento?

Azaléia: “Eu acho que envelhecimento é quando a pessoa não pode fazer mais nada, fica dependente dos outros pra tudo, eu entendo que é isso”.

Gardênia: “Bom os anos passam e a velhice chega, não tem jeito né, e com eles as doenças, eu mesma gostava de dançar quando meu marido era vivo, fazíamos aula de dança juntos, mas hoje tenho vários problemas de saúde e um problema no joelho”.

Hortênci: “Envelhecimento é o corpo que limita a gente, se não cuidamos dele é como se ele parasse, é por isso que eu faço academia (risos). Envelhecimento também está na cabeça, eu estava com dificuldade e esquecendo muito as coisas, aí eu falei não! Isso não vai ser meu! Não vai ser pra mim! Aí

comecei a ir pra academia, fui procurar atividade pra mim fazer, por que ficar só no sofá em casa não dá né”.

Magnólia: “Envelhecimento a gente sente por causa da doença, eu tenho problema de saúde então a gente envelhece mesmo, eu ainda brinco que a gente poderia envelhecer com saúde e não doente”.

Rosa: “Experiência, vivências né”.

Tulipa: “Eu acho que envelhecimento é mais a cabeça e quando você começa a depender de alguém, dependência é duro, é complicado”.

Violeta: “Envelhecimento é quando a pessoa já não tem mais como andar, tem uma limitação, quando outras pessoas têm que fazer para aquela pessoa, que por consequência da vida não pode mais fazer as coisas fazia sozinha. A minha mãe é uma pessoa velha que deteriorou com o tempo”.

4. O que te motivou a participar do Grupo Esperança? Há quanto tempo participa?

Azaléia: “Eu não conhecia, mas a minha mãe já frequentava aí ela me convidou, eram pouquinhos pessoas que frequentava, aí ela me convidou e eu não parei mais de até hoje, eu participo desde 1994”.

Gardênia: “Fiquei muito sozinha depois que meu marido morreu, e minhas colegas viviam me chamando pra participar do grupo, então eu comecei a participar. Estou aqui há 4 anos já”.

Hortênci: “Minha vizinha me motivou a participar, hoje ela não está mais no grupo, na época que ela participava eu não podia, eu não era aposentada ainda, então ficava só na vontade, ela vinha pra cá e eu saía pra trabalhar, ai que tristeza (risos). Participo do grupo há 3 anos”.

Magnólia: “A própria psicóloga pediu, porque eu perdi o filho e fiquei viúva né, então ela falou que seria uma terapia para mim eu me dou muito bem com todas aqui e eu participo há cinco ano”.

Rosa: “Eu sou quase fundadora disso aqui. Eu trabalhei 13 anos aqui e eu moro aí na frente. Eu vi isso aqui no terreno, acompanhei a construção, quando eles pegavam água da minha casa para construir aqui. Antes aqui era uma casa que os Vicentinos ajudavam os outros, aí quando começou a funcionar eles me deram um serviço eu vim e trabalhei 13 anos, depois prestei concurso para prefeitura e fui trabalhar lá.

Tulipa: “Ah foi a vizinha que começou a vir e me convidou e eu vim e gostei faz mais de 10 anos”.

Violeta: “Foi uma série de fatores, mas o que mais me motivou foi a perda dos meus filhos, queria preencher com alguma coisa e participo do grupo desde 2002”.

5. Como se sente frequentando o Grupo Esperança?

Azaléia: “Bem. Se bem que agora está muito tumultuado, as pessoas conversam muito, tem hora que fico com a cabeça meia (...), mas pra mim é bom porque é uma distração”.

Gardênia: “Me sinto bem, estou junto com as minhas colegas, é bom pra encontrar elas toda semana, pra mim é um divertimento, sabe faz algum tempo que eu estou com um quadro de depressão, faço acompanhamento médico, e o grupo me ajuda muito”.

Hortênciã: “Me sinto bem, gosto de todos aqui, todos os funcionários são um amor de pessoa, são uma gracinha (risos)”.

Magnólia: “Muito feliz a gente não vê a hora de chegar segunda-feira, só que é muito barulho eu já fico na minha não sou muito de falar”.

Rosa: “Bem, então é que tem um tipo de atividade que eu não posso participar devido aos meus problemas, mas gosto de ver elas participando sabe, gosto de ouvir as palestras, também porque a gente vem aqui e ouve as palestras, e depois a gente passa para os netos. **Tulipa:** “Ah! Me sinto muito bem, porque você tem amigas pra bater papo, viajar, muito bom. Eu faço mais atividades, eu também faço hidro”.

Violeta: “Viva. Aqui é assim a gente vem pra cá como se todas as segundas-feiras fosse uma festa, porque eu vivo sozinha, mas minha filha está sempre ali comigo, minha neta de vez em quando, porque ela mora em outra cidade, em outro Estado até, mas o Romília Maria é um remédio pra mim é muito bom aqui”

6. Com a renda da aposentadoria, os idosos conseguem ter momentos de lazer, já que tem garantido desconto ao idoso com mais de 60 anos através do Estatuto do Idoso?

Azaléia: “Sim, eu até consigo, só não vou mais porque tenho problema de joelho, senão eu iria, às vezes vou até pra algum lugar, com a renda do idoso pra mim dá sim para ter momentos de lazer”.

Gardênia: “Ah eu não gosto muito de sair, o barulho me incomoda um pouco, eu sou difícil (risos). Que nem cinema e teatro eu não gosto, o som é alto, só passeio quando minha família sai aí eu vou se não, não”.

Hortênciã: “Eu não fico é em casa (risos)! Viajar, passear é comigo mesmo! Que nem sábado agora, fui pro cinema, no domingo fui pra Pedreira e depois pra Serra Negra, amo passear, aonde me chamam eu vou”.

Magnólia: “Eu vou ao cinema, eu viajo, não pago mais passagem desde que eu completei sessenta anos. Eu só estou viajando porque não pago mais passagem se dependesse do salário não viajaria não, só com a renda não daria para ter os momentos de lazer”.

Rosa: “Não. Eu por exemplo, compro muito remédio, então não é suficiente, falta muito, sim. Eu uso os descontos na farmácia, no cinema, essas coisas. Então enquanto o governo não começar a olhar pra esse

lado fica difícil, então por exemplo, quando a pessoa vai ficando com mais idade tem que manter uma boa alimentação que nem eu como bastante fruta então não está barato”.

Tulipa: “Eu recebo pensão do marido (risos), ele me dá uma pensãozinha, ele é aposentado. Então eu viajo com a turma aqui e particular também é que eu tenho outras rendas não só da aposentadoria né senão não ia dá, eu tenho o cartão para usar o ônibus à vontade”.

Violeta: “Oh! Claro que sim! Você não paga ônibus, cinema tem desconto né? E aí você tem assim um dinheirinho para poder viajar, mesmo porque, aqui no Romília a gente faz viagens.

7. Já fez empréstimo Consignado? Por que?

Azaléia: “Não, nunca precisei, se bem que as pessoas ligam oferecendo, mas eu nunca fiz, o banco liga pra gente pra ver se a gente precisa, mas eu nunca fiz”.

Gardênia: Nunca fiz, graças a Deus! Sempre me oferecem, mas eu nunca fiz, ah uma vez minha nora precisou fazer aí ela fez no meu nome, mas ela já pagou, pagou tudo direitinho.

Hortênci: “Já fiz sim, quando eu fui viajar, aí eu precisei fazer mas já paguei”.

Magnólia: “Já, mas acabou este ano, eu fiz porque meu filho caçula casou e foi o modo de eu ajudar ele, eu fiz o empréstimo de dois mil reais e dei pra ele de presente é porque é o caçula”.

Rosa: “Já, porque precisei fazer uma reforma em casa, tô pagando, desconta direto, achei bem melhor do que fazer empréstimo pessoal”.

Tulipa: “Não nunca fiz, nunca precisei graças a Deus, sabe quando você é jovem você tem que pensar que vai envelhecer, então você tem que preparar alguma coisa para render pra você depois, porque senão...como eu tive dependência da parte do meu marido (eles não tinham nada e dependia da gente) então eu tratei de me preparar né, tudo era a gente eu achava assim tão humilhante pra eles, então eu sempre falava: tem que ter alguma coisa que me dê uma renda pra não precisar dos filhos né”.

Violeta: “Não. Nunca! Nem sei o que é isso. Tomara que nunca tenha que precisar”.

8. Você acredita ser importante participar das discussões sobre os direitos dos idosos? Já participou de alguma discussão? Quantas vezes? Onde?

Azaléia: “Acho que sim, mas nunca participei não, acho importante, mas nunca fui não”.

Gardênia: “Acho importante, mas nunca participei”.

Hortênci: “Eu acho importante sim, temos que estar lá lutando pelos nossos direitos, eu já participei na Conferência da Assistência Social e Conferência do Idoso, todos aqui em Campinas mesmo”.

Magnólia: “Acho importante, já participei com o grupo, mas não sei onde, mas foi palestra sobre o idoso, e já participei duas vezes”.

Rosa: “Muito importante, então eu acho também assim que os idosos também têm que ir para saber dos seus direitos, porque tem gente que nem sabe o direito que eles têm. Já participei faz muito tempo, uma vez na Estação cultura foi bom”.

Tulipa: “Não, nunca participei, acho importante porque a gente fica muito só, fica só eu e o marido então você sai você se comunica mais, não pode ficar fechado, fica bitolado”.

Violeta: “Já várias vezes, no Fórum do Idoso, não sei quantas, mas eu já fui, acho que foram umas cinco vezes, é muito importante, é ali que consegue o direito que se consegue alguma coisa”.

9. Conhece o Conselho da Pessoa Idosa de Campinas?

Azaléia: “Aqui de vez em quando eles falam disso ai né”.

Gardênia: “Já ouvi falar só que eu mesma nunca participei”

Hortênci: “Sim, conheço.”

Magnólia: “Não”.

Rosa: “Já ouvi falar, tenho mais ultimamente não tô saindo pra lugar nenhum, gostaria de conhecer sim, acho que assim tudo que acrescenta de bom na vida da gente é bom”.

Tulipa: “Sei, aqui (Romília) eles selecionam algumas que vão, que podem ir e vão daqui do nosso grupo, tem um limite né. Depende né tenho marido (risos)”.

Violeta: “Sim, conheci através do Romília”.

6. Análise e Interpretação dos Dados

O roteiro do instrumental foi elaborado com questões que possibilitassem a apreensão das idosas em relação as suas percepções da velhice, mercado de consumo e participação em espaços sociais e de controle social.

Através dos dados, identificou-se que as mulheres do Grupo Esperança têm em média de 70 anos de idade, a maioria é pensionista, viúva, moram sozinhas, possuem ensino fundamental I completo, e apresentam uma renda superior a 1 salário mínimo.

6.1. Arranjos Domiciliares da Pessoa Idosa.

Verificamos que das sete entrevistadas, cinco são viúvas, ou seja, existe a prevalência do gênero feminino na velhice. Isso pode ser visto também na tabela 1, desta pesquisa, quando observamos o Censo de 2010¹⁰, que apontou que 11% da nossa população são de idosos, e que desse total 5% são homens e 6% são mulheres. Segundo Berzins (2003, p. 28), é importante fazer um recorte de gênero ao

¹⁰ Ver gráfico página 03

estudar a velhice, visto que *“as mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo”*. Compreender esse fenômeno é importante, pois possibilita criar dinâmicas e políticas específicas para atender as demandas deste público.

Observamos também que das sete entrevistadas, quatro moram sozinhas, essa também é uma característica das mulheres. No Censo de 2010, verificou-se que dentre os idosos entrevistados que moravam sozinhos, 53% eram mulheres de 60 anos ou mais, sobre o estado civil dos que moram sozinhos, estão as mulheres 40% viúvas, enquanto os viúvos representam 10%.

Segundo Berzins (2003, p.32), os homens tendem a casarem-se após a perda de suas esposas e geralmente escolhem as mulheres mais novas, fator que pode ser atribuído pela influência cultural, deste modo, isto explica a dificuldade em que a mulher encontra para contrair um relacionamento na velhice.

Os dados censitários também demonstraram que a população residente em áreas urbanas tem aumentado, residir na cidade possibilita várias facilidades a pessoa idosa, especialmente para as viúvas, como serviços de saúde, proximidade de seus filhos e netos, participação em centros de convivência e de lazer, entre outros.

Viver só não é sinônimo de abandono ou solidão, conforme verificamos nesta entrevista, todas as mulheres que vivem sozinhas, estão bem apoiadas pelos seus familiares, a decisão foi um direito de escolha da qual se orgulham, levando em consideração sua renda, sua saúde e principalmente sua autonomia. Esta forma de vivência bem-sucedida de envelhecimento desconstrói, portanto, o conceito generalizado e estereotipado de abandono entre os idosos. Sendo isso considerado um achado de pesquisa.

6.2. Percepções sobre a velhice

Das (07) sete entrevistadas somente uma se considera velha, a maioria delas se considera ativas, atuantes nos espaços públicos, tem sua autoestima elevada, se sente participantes da sociedade, busca qualidade de vida, bem-estar e lazer, se identifica como um grupo da terceira idade. Para a maioria, a designação velha se refere ao algo muito negativo e desprezível e por isso não se reconhece nessa imagem. Esta aversão da expressão ‘velho’, pode ser reminiscência de um passado recente onde o termo Velho era usado para designar miseráveis, indigentes, despossuídos e decadentes.

De acordo com Rozendo & Justo (2011, p.146), até o final da década de 1960, dentro da sociedade industrializada, os idosos perdiam espaços e postos de trabalho e isso repercutia nas perdas de papéis do velho e significados em suas vidas, deste modo, os longevos passariam a constituir uma categoria desprivilegiada, conseqüentemente mais empobrecida, desassistida pelo Estado, dependente da família, improdutivo e decadente, sendo assim, a expressão velho e velhote eram usadas para designar

indivíduos despossuídos e indigentes, daí se origina a visão estereotipada e negativa do termo Velho. O uso do termo idoso era usado restritamente para os indivíduos que tinham status social, situação financeira privilegiada ou que tinham uma atividade valorizada socialmente.

Rozendo & Justo (2011, p.147), referem que a partir de 1962, na França surge a expressão Terceira Idade, com a introdução de uma política social voltada para a mudança da imagem dos longevos, pois surge uma nova divisão social e identitária, as classes médias não se ajustavam mais na imagem que havia sido construída, bem como os aposentados que surgem nesse período. Novos estilos de vida começam a surgir, o consumo devolve os papéis que haviam sido perdidos e modifica o espaço do idoso, sua imagem é revitalizada e passa a se associar à arte do bem viver.

Identificamos que entre a maioria das entrevistadas quando se refere a percepção da velhice, descreve como uma fase da vida onde geralmente a saúde se compromete, e as limitações físicas, os déficits de atenção e a perda de memória traz prejuízos à sua qualidade de vida, e, por conseguinte acaba interferindo nas suas atividades. Somente uma das depoentes se referiu ao envelhecimento como uma fase de acúmulo de experiências e vivências.

6.3. Grupo Esperança: motivações e significados

Sobre a participação no Grupo Esperança, das sete entrevistadas, três participam do grupo por meio de convites de amigas frequentadoras da instituição, duas por terem se aposentado e duas motivadas pela perda de filho e marido. Percebemos os motivos são diversos, mas que o objetivo são os mesmos, ou seja, a busca de um espaço de convívio social.

Segundo Debert (1993, p. 137) cria-se serviços para atender a Terceira Idade, prestando serviço a essa população que vem se tornando cada vez mais numerosa, estes espaços são Centro de Convivência para a pessoa idosa visando assim um envelhecimento saudável e junto à comunidade.

A Constituição Federal em seu Art. 230, aponta a família, a sociedade e o Estado como responsáveis por manter a pessoas idosa em um convívio saudável e digno, tendo os seus direitos garantidos. Ao participarem do Grupo Esperança essas idosas conquistam a convivência em sociedade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (BRASIL, 1988).

Todas as entrevistadas dizem se sentirem bem ao participar do Grupo Esperança. De modo geral, se sentem vivas, felizes e animadas, já que ao chegarem na instituição elas encontram as amigas e realizam diversas atividades juntas, não só na instituição como também fora dela. Duas das entrevistadas

reclamam do barulho, mas ainda assim gostam de participar. Três delas, dizem que o grupo é uma forma de “escape”, pois residem sozinhas, e acabam participando para ocupar o tempo e a mente.

Analisamos que a participação das idosas no Grupo Esperança, levam as mesmas a terem um envelhecimento ativo e saudável, pois estes espaços de convivência promovem diversas atividades de lazer e cultura, valorização das experiências vividas, convívio social, elevação da autoestima, entre outros.

Segundo Debert (1993, p. 159), os espaços ofertados para os idosos não permitem que tenham um sentimento de superioridade e inferioridade por conta da velhice, estes espaços devem ofertar vivências em grupo, para que o convívio social venha ser concreto.

Através da pesquisa realizada percebemos o entusiasmo, a alegria e a importância que o Grupo Esperança tem na vida das entrevistadas, estes espaços são oportunidades que a pessoa idosa tem para criar laços simbólicos, compartilhar momentos, e experiências, atribuindo novos significados ao envelhecimento.

Das sete idosas entrevistadas, cinco delas realizam atividades fora da instituição, que vão desde hidroginástica, academia, faculdade da terceira idade. A Hortência faz faculdade da Terceira Idade, na UNICAMP¹¹, academia e participa do JORI (jogos regionais dos idosos), a Tulipa faz hidromassagem no SESC e participa do JORI, a Violeta participa do JORI, a Rosa e a Azaléia fazem hidromassagem em uma academia particular, e as outras duas não fazem nenhuma outra atividade fora do grupo.

Através desta pesquisa analisamos que a pessoa idosa tem envelhecido ativamente, participando de diversas atividades artísticas e culturais, de campeonatos de jogos regionais, de espaços políticos, de cuidados pessoais, enfim, criando novos paradigmas da longevidade feminina.

6.4. Lazer e Consumo

Das sete entrevistadas, cinco conseguem ter momentos lazer, e atribuem ao desconto garantidos na Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Conforme o Estatuto do Idoso no Art. 23: *“A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais”*

¹¹ O Programa UniversIDADE, é um curso gratuito, da UNICAMP, que “vincula a educação acadêmica à educação popular, voltado para pessoas da meia idade e da terceira idade, considerando o mínimo 50 anos”. Foi criado em 2014, conforme Resolução Gabinete do Reitor - GR 038/14, publicada no Diário Oficial D.O.E. em 09/10/2014. Pág. Disponível em http://www.programa-universidade.unicamp.br/sobre.php?s=RESOLUCAO_GR, maio 2017.

O Centro de Convivência de Idosos, ao promoverem atividades de lazer aos longevos, oportunizam uma contribuição na sua qualidade de vida, pois o lazer para a pessoa idosa é um momento privilegiado, pois é através do lazer que a pessoa idosa expressa a sua vitalidade. O lazer na Terceira Idade, é um direito do idoso e uma responsabilidade da sociedade, conforme estabelecido no Estatuto do Idoso, no seu artigo 20: *“O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.*

Das sete idosas entrevistadas, duas nunca fizeram empréstimos e alegaram nunca terem precisado, mas as duas relatam na entrevista que sempre recebem ligações do banco oferecendo, a entrevistada Tulipa não é aposentada ou pensionista, sendo assim a mesma não conseguiria realizar este tipo de empréstimo. As quatro entrevistadas que fizeram o empréstimo relatam diversos motivos, Magnólia fez para presentear o filho em seu casamento, Rosa para realizar uma reforma em sua residência, Gardênia fez para sua nora e a Hortêncina fez para realizar uma viagem.

Nossa análise mostra que em algum momento a maioria das entrevistadas viu o empréstimo consignado como um meio fácil e flexível para conseguir dinheiro. De 7 (sete) entrevistadas somente duas realizaram empréstimos para atender as demandas familiares, o que demonstra contrariamente ao senso comum, mulheres, idosas com possibilidade de protagonismo, identidade e autonomia não se permitem ser exploradas.

Entretanto, não podemos descolar a realidade do sistema capitalista, para a qual Debert (1999, p. 58), aponta que a pessoa idosa está sendo excluída por uma sociedade consumista, com ajuda de uma mídia massiva. A exclusão dos idosos é devido aos mesmos não terem condições de trabalho e renda para exercer tal papel na sociedade, sendo assim o mercado do consumo visa se tornar um mecanismo que busca reverter essa exclusão, pois este mercado oferece linhas de créditos em grande escala, para que esses idosos se tornem consumidores, para movimentar o capital.

6.5. Discussões Sobre os Direitos da Pessoa Idosa e Participação em Espaços Políticos.

A entrevista aponta que é unânime entre todas entrevistadas, a importância da participação nas discussões sobre os direitos dos idosos, o que justifica a busca de efetivá-los. Das entrevistadas 57% reconhecem a importância desse espaço e já participaram das discussões sobre os direitos dos idosos, enquanto, 43% das entrevistadas nunca participaram, mas admitem que é importante discutir sobre os direitos dos idosos. Entre as entrevistadas, há relatos de participações no Fórum do Idoso, palestras sobre a Pessoa Idosa, Conferência da Assistência e Conferência da Pessoa Idosa.

De acordo com Debert (1993, p.137), programas e atividades para a Terceira Idade tem maior aceitação do público feminino, enquanto o público masculino tem maior adesão aos movimentos

políticos de aposentados. No entanto, nesta pesquisa verificamos que as mulheres também estão participando das discussões políticas e se preocupando com seus direitos, muitas inclusive, estão participando do controle social.

A participação da pessoa idosa nas discussões e debates sobre seus direitos é importante para seu empoderamento como sujeito social e de direitos. A Pessoa Idosa deve ter voz nas conferências, conselhos, fóruns e palestras, para que este direito seja de fato efetivado.

A pesquisa apontou que 71% das entrevistadas não conhecem o Conselho da Pessoa Idosa de Campinas, e que somente 29% conhecem. O que não quer dizer que elas não participam de outros espaços de direitos. Contudo esse fato nos remete a ter uma percepção da proposta ideológica do Centro de Convivência da qual participam, posto que esse é o espaço que pode incentivar e concretizar o controle social da política pública para a pessoa idosa.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), aponta no seu Art.10, que é obrigação do Estado e da sociedade garantir a pessoa idosa liberdade, respeito e dignidade, além de reconhecê-los como sujeitos de direitos civis, políticos e sociais, no inciso VI, estabelece que os idosos tenham garantia na participação na vida política, no seu Art. 3, preconiza a efetivação do direito à cidadania.

Os conselhos e as conferências dos idosos representam um avanço no processo de transformação do idoso como protagonista da defesa dos seus próprios direitos, além de possibilitar trocas de reflexão, experiências, necessidades, ideias e propostas.

A Lei 8.842/1994, que consolidou a Política Nacional do Idoso, estabelece no seu Art. 4º, inciso II, como uma de suas diretrizes a “*participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos*”. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), reafirma no Art. 7º a importância dos conselhos e indica que estes, em todas as esferas de gestão, zelarão pelo cumprimento dos direitos dos idosos ali definidos.

6.6. A Política de Assistência Social

A Constituição Federal de 1988, preconiza a Assistência Social como política pública, sendo um direito do cidadão e dever do Estado. A partir de 1993, é instituída a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, decretada como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, instituída conforme Resolução nº 145/2004 e a Política Nacional do Idoso- PNI, estabelecida através da Lei nº 8.842/1994, o Centro de Convivência caracteriza-se como um espaço destinado ao desenvolvimento de atividades socioculturais

e educativas, dando oportunidade à participação do idoso na vida comunitária, estimulando sua capacidade de reflexão e discussão, possibilitando enquanto cidadão sua participação em espaços políticos e de controle social.

Dentro da política de Assistência Social, a Proteção Social tem como uma de suas diretrizes a *“Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”* (BRASIL, 2004).

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (BRASIL, 2004).

Um dos grandes desafios da Política da Assistência é efetivação da participação da pessoa idosa em espaços de controle social, é de suma importância esse envolvimento, visto que é uma população que está em franco crescimento. É preciso trazer os usuários para a cena das discussões da política, estimulando seu protagonismo, onde os idosos possam se integrarem em organizações sociais, propiciando sua articulação e troca de experiências e vivências, além de oportunizar seu exercício pleno de cidadania.

Considerações Finais

Ao final da pesquisa de campo, consideramos que a primeira hipótese foi confirmada, pois a população idosa está em movimento crescente, contudo, no que se refere ao gênero, houve um feminização da velhice. Deste modo, torna-se imprescindível ajustar as políticas e serviços, para atender as demandas específicas para esse público.

Também desmistificou neste achado que viver só não é sinônimo de abandono ou solidão, pois as idosas entrevistadas, exerceram seu direito de escolha quando decidiram morar sozinhas, se sentem orgulhosas pelo poder que tem, a livre escolha. Se sentem apoiadas pelos seus familiares, que levaram em consideração sua renda, sua saúde e principalmente sua autonomia. Esta forma de vivência bem-sucedida de envelhecimento desconstrói, portanto, o conceito generalizado e estereotipado de abandono entre os idosos.

A segunda hipótese também foi confirmada, na pesquisa verificamos que entre as idosas do Grupo Esperança, 57% acham importante participar das discussões sobre os direitos dos idosos e já participaram, e 43% das entrevistadas responderam que acham importante participar das discussões sobre os direitos dos idosos, mas nunca participaram. No entanto, essa questão suscitou a importância de fortalecer esse grupo para a ampliação da sua participação no controle social, pois são pessoas que

podem ser potencializadas, já que entendem a relevância dessa temática e podem exercer sua cidadania através de sua participação em espaços sociais.

A terceira hipótese foi refutada, pois 57% das entrevistadas responderam que nunca fizeram empréstimo consignado, 43% responderam que já fizeram empréstimo consignado, porém os motivos que levaram a realizar o empréstimo foram pontuais, e bem planejado, pois ao contrário do que se pensa sobre o consumo de uma forma desenfreada e quase que compulsória, é algo que não foi evidenciado na pesquisa. As idosas entrevistadas têm uma autonomia sobre sua vida financeira, quando algumas fazem empréstimo este é feito para presentear alguém ou até mesmo para fazer uma viagem, não por serem obrigadas ou por estarem endividadas, mas para realizar suas vontades. A mulher idosa tem um perfil diferente, porque ela consegue estratégias dentro do seu planejamento familiar, para dar conta de suas demandas, e isto faz ela ter uma participação social muito mais consciente.

De acordo com os resultados desta pesquisa, a pessoa idosa usuária do Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional tem um perfil ativo e atuante, cabendo ao Assistente Social uma atuação na perspectiva da emancipação dos idosos, propiciando sua inserção por meio de organizações representativas no controle social, pois o Estatuto do Idoso enquanto instrumento de defesa e garantia, só se efetiva, através da sua participação em suas instâncias de controle social e fiscalização. Neste sentido, a Assistente Social deve viabilizar direitos sociais, articulando para o fortalecimento da pessoa idosa, enquanto sociedade civil organizada, devendo evitar exercer um papel reducionista, voltado para os encaminhamentos de BPC (Benefício de Prestação Continuada) ou acompanhamento de grupos de convivência em atividades de lazer e entretenimento, uma vez que as expressões da questão social repercutem diretamente na velhice, enquanto demanda da política pública da assistência.

Em relação ao Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional pesquisado, percebemos que há uma participação significativa e um bom entendimento sobre a importância da efetivação dos seus direitos, constatamos um potencial nas mulheres do Grupo Esperança tão grande que pode ser desenvolvida e efetivada, possibilitando a inserção de mais idosas na ocupação desses espaços de direitos.

Acreditamos que em tempos de ataques violentos aos direitos sociais é necessário empoderar os idosos, promovendo sua cidadania, autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. O Serviço Social tem esse compromisso, de intervir e mediar ações sociais, propondo intervenções que contemple os idosos em todos os aspectos de sua vida, desde o acesso a saúde, lazer, qualidade de vida, fortalecimento de vínculos com seus familiares, quanto a efetivação de direitos.

Este trabalho pretendeu ser assim, uma modesta colaboração na direção da compreensão do tema envelhecer, muitos caminhos restam a serem trilhados como a ampliação da participação da pessoa

idosa nos espaços sociais e de direito. A questão de gênero também merece atenção, pois acreditamos que esse campo abrirá discussões dentro das políticas assistenciais para esse público, sendo que essas e outras questões poderão ser discutidas em outros trabalhos e assim poderemos romper estereótipos sobre a velhice.

REFERÊNCIAS:

ALCÂNTARA, A.O. Velhos Institucionalizados e Família: Entre Abafos e Desabafos. Campinas: Alínea, 2004.

ALMEIDA. V.L.V. Modernidade e Velhice. Revista Quadrimestral de Serviço Social, Nº 75. São Paulo, editora Cortez. Setembro de 2003.

ALVES, C.M.L. Movimento Dos Aposentados e Ação Coletiva Em 1991. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, realizada nos dias 25 e 28 de agosto de 2015 na Universidade Federal do Maranhão.

BERZINS. M.A.V.S. Envelhecimento Populacional: Uma conquista para ser celebrada. Revista Quadrimestral de Serviço Social, Nº 75. São Paulo, editora Cortez. Setembro de 2003, p.25.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>> acesso em: agos.2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Estatuto do idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

_____. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

_____. Resolução nº 145 de 15/10/2004: dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Publicado no Diário Oficial da União em 28/10/2004.

CARVALHO. M.S. Da Educação para o Envelhecimento e a Aproximação da Criança, o Jovem e o Idoso sob a Perspectiva dos Direitos da Personalidade. I Congresso Internacional de Direitos da Personalidade. 14, 15 e 16 de abril / 2014- Maringá / PR.

CASSAB, M. A. T. Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.

COSTA, M.C.N.S. & Mercadante, E.F. O Idoso residente em ILPI (Instituição de Longa Permanência do Idoso) e o que isso representa para o sujeito idoso. Revista Kairós Gerontologia, 16(2), 209-222. Março-2013. São Paulo.

DEBERT, G.G. A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999.

DEBERT, G.G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 1997, páginas: 39-56.

FRANCO, A.M. Consumo na Terceira Idade. 7º Interprogramas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 11 de novembro de 2011). ISSN: 2176-4476.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MANZINI, E.J. A entrevista na pesquisa social. Didática. São Paulo, v. 26/27, 1990/1991, p. 149-158.

ROZENDO, A. & JUSTO, J.S. Velhice e Terceira Idade: tempo, espaço e subjetividade. Revista Kairós Gerontologia, 14(2), ISSN 2176-901X, São Paulo, junho 2011: 143-159.

VERAS, R.P. "A Longevidade da População: Desafios e Conquistas". Revista Quadrimestral de Serviço Social, Nº 75. São Paulo, editora Cortez. Setembro de 2003.

TERENCE, A. C.F. & ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de outubro de 2006